

## Pesquisa ou Investigação? As Acções que Queremos!

---

**Pesquisa ou investigação? As acções que queremos!  
(uma reflexão de além mar)**

**Pesquisa-ação vs investigação-ação**

**Por um ensino indissociável da investigação**

**... e dos movimentos sociais da sociedade civil...**

A meta deste trabalho, gerado na disciplina de Pesquisa Educacional no PPGE/UFSM, era explicitar e diferenciar investigação-ação de pesquisa-ação. No decorrer de seu desenvolvimento, que se deu colaborativamente em todas as etapas, resolvemos, também, discutir esta problemática no contexto da prática dos profissionais da educação, do movimento decorrente desta, da importância deste para a capacitação e determinação de políticas públicas educacionais. Concluímos refletindo sobre investigação, ação e movimento educacionais na atualidade.

### **Pesquisa-ação diferente de investigação-ação?**

Os trabalhos desenvolvidos sob a concepção de investigação-ação são, muitas vezes, lidos sob a perspectiva metodológica da pesquisa-ação. Por isso, a presente escrita possui como objetivo maior distinguir, ou ao menos clarear, estas duas concepções de pesquisa no âmbito educacional e do movimento produzido.

Em se tratando de investigação-ação, podemos situá-la como participativa dos acontecimentos e situações sociais, no caso, escolares. Isto porque ela possui como preocupação maior compreender com profundidade os problemas e as situações práticas cotidianas, envolvendo os sujeitos na construção de alternativas para o que foi detectado.

Neste sentido, a investigação-ação trabalha com os sujeitos abordando e valorizando a sua participação em todos os passos desta, onde as informações são colocadas e participadas por todos desde o início do processo de forma dialógica. Desta forma, o diálogo é um dos procedimentos mais importantes empregados pela investigação-ação, pois, além de evitar posturas constrangedoras entre os investigadores, possibilita a discussão e escolha dos meios propícios para a ação conjunta.

Além disso, a investigação-ação também se preocupa com o cotidiano, possibilitando um maior envolvimento entre os sujeitos e destes com a realidade estudada.

Assim, podemos dizer que a pesquisa, na expressão pesquisa-ação, pode conceber um teor estático desta, quando comparada com a investigação-ação. Pois não está explícito que o investigador deve estar envolvido em todos os processos/andamento da investigação, e os sujeitos só são informados sobre o que acontece não havendo o envolvimento/ participação destes no processo, bem como nas transformações da realidade investigada, quando ocorrem.

Então, a diferença entre pesquisa-ação e investigação-ação localiza-se nos procedimentos e na forma com que concebemos a pesquisa, seus sujeitos e objetos de estudo.

Para a investigação-ação, tanto a objetividade quanto a subjetividade são pontos de extrema importância. Isto porque a objetividade está representada nos fatos que se manifestam na realidade e que, por sua vez, são apreendidos pela visão subjetiva dos sujeitos envolvidos.

Embora a pesquisa no contexto educacional aborde uma micro-realidade multifacetária, possibilita a transformação dessa nas diversas formas que possui de ações intencionais sem desconsiderar o processo de reconstrução do conhecimento.

Por outro lado, a pesquisa em ciências sociais é realizada num contexto mais amplo, embora teça uma leitura aproximada da complexidade da vida dos seres humanos e se apóie em teorias que nem sempre possibilitam aos sujeitos um maior envolvimento no processo, apresentando, como consequência, dificuldades para a transformação consciente da realidade.

### **Profissionais da educação**

Levando-se em consideração a importância da investigação-ação no fazer educativo, propõem-se falar aqui do papel dos profissionais da educação básica e do ensino superior.

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) -- Lei 9.394/96, em seu capítulo II, a

educação básica tem por finalidades: desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em seus estudos posteriores. Ela abrange três etapas: a educação infantil, que atende crianças de zero a seis anos de idade; o ensino fundamental, com duração de oito anos; e o ensino médio com duração mínima de três anos.

Os profissionais que trabalham nesta modalidade educacional têm como tarefa a aplicação de propostas curriculares pré-estabelecidas pelo Estado que, nem de longe, considera a realidade na qual a escola está inserida. Esse processo de reprodução emerge do tipo de formação profissional e da falta de atualização sistematizada, além de ser uma profissão que vem sendo, historicamente, desvalorizada. Neste quadro, o profissional da educação não consegue sequer fazer com que as finalidades impostas pela LDB sejam alcançadas.

Faz-se necessário, no processo educacional, que o profissional da educação seja capaz de, juntamente com o educando, num processo dialógico, construir conhecimentos através da solidariedade, do esclarecimento dos fatos, com pensamento crítico-constutivo.

O ensino superior (Capítulo IV), segundo a LDB, tem por finalidades: estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo; formar e dar formação continuada a profissionais de diversas áreas; incentivar a pesquisa e a investigação científica; promover a extensão.

Os profissionais da educação atuantes neste nível são, em sua maioria, pós-graduados, o que significa dizer que foram formados para ensinar e pesquisar. As aulas na graduação se dão, na maioria das vezes, com o repasse de conhecimentos sem envolvimento da pesquisa, entendida como tarefa exclusiva da pós-graduação, reconhecidamente, único lugar possível de construir-se conhecimentos científicos.

Dos alunos formados no ensino superior, espera-se a reprodução do que já está posto. E, quando estiverem em suas salas de aula, agora na posição de professores, ensinarão aos seus discentes a fazerem o mesmo, ou seja, cópia. Por esse ponto de vista, perde-se aí a tarefa fundamental da universidade -- a criação cultural --, pois esse tipo de sistema educacional pode ser facilmente substituído pela tecnologia, cada vez mais avançada, que invade diariamente os lares da população.

O processo educacional deveria estar direcionado tanto para o ato de aprender a aprender, assim como para o de ensinar a ensinar -- investigar ativamente o processo -- construindo/reconstruindo a partir da realidade existente.

Esse processo de produção não poderia estar centrado somente no pós-graduação mas sim em todos os patamares educacionais. A trilogia "ensino, pesquisa e extensão" deveria ser ampliada.

Nesta perspectiva a escola -- e aqui incluímos a universidade como tal -- deve proporcionar interações entre os indivíduos que participam do seu contexto. E, desta forma, a conduta e o entendimento do professor, em relação ao aluno, é importante no desenvolvimento de autonomia ou submissão deste sujeito.

As pessoas podem não ser "letradas", mas todas são produtoras da cultura e, quando o profissional da educação consegue fazer a ponte entre a cultura dos alunos e a elaborada, estabelece-se o diálogo para que novos conhecimentos sejam construídos. Essa interação dialógica estabelecida entre o educador e o educando possibilitará a produção cultural. A partir da leitura de mundo de cada educando, através do diálogo, constroem-se novos conhecimentos. As interações que professores e alunos conseguem estabelecer e as relações sociais que permeiam suas vidas devem ser levadas em conta no processo educacional, na medida em que podem desvelar elementos que cumprem o papel de mediadores deste processo. O educando, através de experiências próprias, poderá construir-se enquanto ser humano, contribuindo na transformação de sua realidade, traduzindo sua experiência de vida enquanto educando, ativo e crítico, como autor e como testemunha de sua própria história, de sua própria cultura. Ao se descobrir como produtor de cultura, o aluno poderá se ver como sujeito e não como objeto da aprendizagem, adquirindo, desta forma, uma consciência do processo e conseqüentemente descobrindo as contradições da sociedade na qual está inserido.

Quanto à formação de profissionais da educação, a LDB determina a criação de "Institutos Superiores de Educação" (art. 63) que serão responsáveis pela formação de professores para a educação básica (Inciso I); formação pedagógica para aqueles que já tenham título e estejam interessados em lecionar na educação básica (Inciso II) e pelos programas de formação continuada para todos os profissionais da educação (Inciso III).

Esta criação está calcada em uma de suas diretrizes: a de que todos os profissionais da educação básica devem ter nível superior. Pergunta-se, aqui, se a qualidade oferecida por esses Institutos Superiores de Educação será pautada pela trilogia ensino-pesquisa-extensão como nas universidades já que, dentre tantos outros fatores, prevêem uma carga horária menor que a já oferecida.

A LDB define ainda, em seu texto, que os profissionais da educação atuantes no ensino superior terão que ser formados em programas de mestrado ou doutorado, prioritariamente. Se isto, por um lado, é limitador no aspecto da escolaridade, por outro é salutar se pensarmos na integração entre ensino, pesquisa e extensão.

## Etimologia das palavras

Segundo o dicionário de etimologia de BUENO (1975), pesquisa é indagação, rebusca científica, literária, investigação metódica. Investigação, por outro lado, significa pesquisa, seguir os vestígios de, procurar esclarecimentos. Pesquisador e investigador respectivamente significa pessoa que faz a pesquisa científica, literária, investigador, indagador, analista de laboratório e indivíduo pesquisador, inquiridor, encarregado de recolher esclarecimentos.

De acordo com o dicionário de FERREIRA (1986), pesquisa é o ato ou efeito de pesquisa, indagação ou busca minuciosa para averiguação da realidade, investigação e estudo sistemático, com o fim de descobrir e esclarecer fatos ou princípios relativo a um campo qualquer de conhecimento e pesquisador é aquele que faz pesquisa.

Investigação é o ato ou efeito de investigar, busca, pesquisa, indagação minuciosa e investigador é aquele que investiga.

Esses conceitos de pesquisa *versus* investigação e pesquisador *versus* investigador se apresentam de forma bastante similar, porém deve-se notar que pesquisa se relaciona com algo estático ao passo que investigação com

movimento. Estático é o que não possui movimento, é imóvel, e movimento diz respeito a atividade, agitação, deslocamento, animação, mudança de situação física de um corpo, mudança de lugar. Portanto, a pesquisa é estática, por apenas ser uma forma de estudo sistemático de um dado objeto para a aquisição de um determinado conhecimento, que propicia a solução de problemas teóricos e práticos enquanto situados no contexto do dia-a-dia do homem. E a investigação é dinâmica, por possuir movimento, considerando-se que pressupõe transformações, no caso, dos processos educacionais.

Nesse paralelo, vê-se a existência de duas figuras, cujas atividades são diferenciadas: a do educador ativo e a do educador estático. A questão é que a atividade do educador ativo, investigador, requer ações-participantes, que colaborem para as transformações, através de observações e vivências, colocando de lado a sua compreensão a partir de apreensões descritivas, e a atividade do educador estático, pesquisador, é a de compreender, resolver problemas e solucionar dúvidas mediante a utilização de procedimentos científicos.

## Movimento e estática

Devemos ter em mente que a educação deverá sempre ser concebida a serviço da comunidade e que nesta sociedade capitalista em que vivemos os interesses econômicos e políticos se diferenciam dependendo dos grupos e das classes sociais. Desta forma, a educação atingirá seus propósitos se seus profissionais estiverem conscientes de seus papéis e preparados para resgatar, explorar e perceber a força do contexto social onde os alunos estão inseridos.

O trabalho dentro de uma perspectiva onde tanto os alunos como os profissionais da educação são sujeitos de um processo de construção tem como objetivo suas transformações em cidadãos críticos, para que eles próprios tenham condições de gerir as suas vidas. Para isto, será necessária uma convivência social maior com projetos de investigação interativas que julgamos ser extremamente positivas para todos os envolvidos no processo educacional.

Esses resultados positivos já têm sido percebidos desde o século XVIII com a revolução industrial, onde os proletários, que eram os "pobres", deixaram de se confrontar com os "ricos" passando a desempenhar um papel histórico na sociedade. Aquelas pessoas, que não tinham dinheiro, educação e muito menos poder, marcaram a história porque tinham o que é o fundamental para o ser humano que é a consciência de seus interesses. A partir disso, deram origem à sua própria literatura, através da produção de jornais, panfletos, etc.

Estes bons exemplos nós podemos comprovar, até os dias de hoje, através dos movimentos sociais, onde encontramos alguns estudos destacando que os mesmos estariam gestando identidades coletivas novas, de classe, imbuídas de uma visão crítica e da noção de participação e cidadania, sem falar das conquistas materiais e políticas.

Os movimentos sociais ganham força e espaço no cenário nacional e a sua eficácia vem do ideal de grupo, de comunidade e cada vez mais cresce pela capacidade de adaptação e criatividade. Ao se sentirem excluídos, transformam sua dor em luta, sem, no entanto, perderem as esperanças. Este é um exemplo claro de que é possível rompermos com este sistema, no qual estamos inseridos, e que podemos tentar outras alternativas de vida mais humana, mais voltada para o próximo, para a comunidade. É importante destacar que nesta convivência social os desejos pessoais não são descartados, pois o fundamental é que estas pessoas consigam manifestar suas próprias idéias.

Estes princípios de cidadania aliado a uma concepção de grupo é alternativa viável para uma nova concepção de sociedade, de investigação e ação educacionais. Por outro lado, verificamos que estas novas concepções precisam, com urgência, serem aliadas a um nível razoável de organização porque, assim, teremos a chance de almejarmos como resultado a formação de uma comunidade íntegra, participativa e atuante.

Ao longo dos anos, a educação definiu o acesso às profissões e a escola tem sido um grande centro de convergência. Por este motivo, a escola vem sendo considerada como um espaço privilegiado de lutas políticas que garante o controle da influência social que é assegurada pela garra de seus profissionais. Graças a eles que, apesar dos baixos salários, poucos recursos e incentivos governamentais, conseguem manter uma estrutura com forte organização interna. Com todas as dificuldades, conseguem se motivar a partir de seu altruísmo em prol de uma luta por um bem comum.

Neste sentido, convém destacar uma contradição presente no campo educacional brasileiro (que por motivos vivenciais nos deteremos ao Estado do Rio Grande do Sul): se, por um lado, podemos tomar como grande exemplo de força de grupo, de organização, ação política organizada de um setor dos movimentos sociais as manifestações do CEPERS-Sindicato o mesmo não podemos dizer das ações educativas no contexto das salas de aulas das escolas públicas onde atuam destes mesmos profissionais da educação básica, que reproduzem, majoritariamente, os currículos oficiais.

Por outro lado, os profissionais da educação do ensino superior, apesar de pautarem suas práticas educativas pela trilogia ensino-pesquisa-extensão, contribuindo decisivamente para a produção cultural da sociedade, não sustentam uma força política de igual ou maior intensidade nas suas seções sindicais/associações docentes locais, nem mesmo no ANDES-Sindicato Nacional.

Resumindo a contradição: constata-se, na prática, que os profissionais da educação básica, apesar de terem condutas mais ativas do ponto de vista sócio-educacional, não ganha visibilidade investigativa-ativa. O contrário acontece com a atuação dos profissionais da do ensino superior, investigadores educacionais considerados, mas passivos, na maioria das vezes, do ponto de vista sócio-educativo.

## Importância do movimento (da investigação)

## para a capacitação profissional

O processo investigativo do fazer educacional, no qual os profissionais da educação podem produzir conhecimento científico na própria prática, como questionamentos, validação ou reencaminhamentos da mesma, configura-se como um possível fio condutor para a capacitação profissional, nos programas institucionalizados de pós-graduação. Primeiro, porque dá visibilidade ao fazer educativo enquanto prática sistemática, permitindo que o profissional da educação mantenha "sob controle" os direcionamentos intencionais de seu fazer. Segundo, porque permite um rastreamento ou escrutínio da experiência de escolarização, tanto por parte dos profissionais da educação, que não estão "prontos" no sentido de acabado, ao terminarem cursos de graduação, como por parte dos educandos que terão oportunidade de auto-refletir sistematicamente sobre a própria trajetória educacional, da educação infantil ao ensino superior.

Ao mesmo tempo, é necessário viver a oportunidade contextualizada historicamente, de requerer com firmeza a educação pública, gratuita e de qualidade, afirmando sua inserção social por um exercício crítico da cidadania ativa, no seio de um processo investigativo ativo e igualmente crítico.

A escola pública dá sentido e é, portanto, condição de possibilidade ao interesse que guia práticas profissionais em educação capazes de auto-reflexão e replanejamentos de sua organização e fundamentação. As redes federal, estadual e municipal da educação básica e tecnológica, juntamente com as universidades federais, em projetos de pesquisa e extensão institucionalizados em programas de pós-graduação em educação, legitimam a exigência de escrutínio da prática profissional e da trajetória escolar, pelo compromisso com a educação pública e de qualidade. Desta interação entre os profissionais da educação, dos programas de pós-graduação e os das redes, surgirão os pontos contraditórios, as dobras a serem investigadas. Sabe-se que os profissionais da educação que atuam no ensino superior se mobilizam em direção aos da educação básica com muito mais fluidez do que o contrário. Nas redes da educação básica, o foco da ação é executivo e não investigativo, o que termina por cristalizar práticas que não são replanejadas sistematicamente. Por outro lado, a inserção dos projetos de investigação e extensão das universidades nas redes da educação básica não tem atendido à necessidade de romper e ultrapassar essa cristalização, que acaba determinando o afastamento dos profissionais da educação e destes, dos programas de pós-graduação onde poderiam efetivar a continuidade da profissionalização.

## Políticas públicas

### e movimento na capacitação

### do profissional da educação

É no escopo da LDB que surge o Plano Nacional de Educação (PNE) elaborado pela sociedade civil organizada -- entendidas por nós como os carros-chefes das políticas públicas educacionais brasileiras na atualidade -- que localizamos a possibilidade de interação entre os profissionais da educação que atuam nos mais diversos níveis da escolaridade brasileira. Dito de outra forma, apesar das investidas do projeto neoliberal no setor educacional brasileiro, as políticas públicas educativas balizadas por esta perspectiva "não conseguem" impedir uma maior interação entre ensino superior e a educação básica. Em termos de educação continuada dos profissionais da educação, por exemplo, prevê-se que tal preparação para o exercício da docência no ensino superior seja efetivado em programas de mestrado e doutorado. Em termos práticos, isto desmistifica os cursos de licenciaturas nas mais diferentes áreas do conhecimento científico como escolaridade terminal para os profissionais da educação.

Contudo, é preciso que entendamos o fazer educativo como algo "dinâmico" e "integrador", caracterizando-o como atividade de ensino, investigação e extensão e não apenas, ou majoritariamente, de ensino. Isto, por outro lado, requer que assumamos a prática educativa no contexto do espaço escolar formal como a "cultura universitária constitucional" nas instituições federais de ensino superior, que têm sido efetivada ao longo da história da educação brasileira. Em outras palavras, precisamos guiar as aulas pelos resultados de investigação e gerá-los exatamente onde podem ter instrumentabilidade: no processo educacional cotidianamente. É aqui, onde, indispensavelmente, as aulas precisam ter significância social para os envolvidos -- professores e alunos.

Com este panorama educacional esboçado, a prática educacional será caracterizada como agir comunicativo e colaborativo. Isto requer o diálogo entre os sujeitos educativos, em torno do seu quefazer cotidiano, que poderá gerar uma cultura educativa, simultaneamente, de investigação e ação educacional no ambiente escolar. Ao invés de apenas ler a leitura do outro, que distante, não apenas dos seus interesses mais imediatos e de suas vivências cotidianas, poderá escrever sua história, em colaboração com seus pares, compartilhando visões de mundo e práticas sócio-educacionais. Desta forma, processualmente, poderá ir incorporando o princípio educativo de que investigação e ação educativa precisam ocorrer no mesmo plano do processo educacional, propriamente dito. Como quintessência desta vivência, o profissional da educação vai se conscientizando na realidade concreta vivida, transformando-se em intérprete-autor de políticas públicas educacionais ao participar ativamente do movimento social que sua própria capacitação profissional vai gerando ao longo daquilo que denominamos de escolaridade.

## Investigação, ação e movimento na educação

Esperamos ter sido exitosos na diferenciação e explicitação do que se entende por investigação-ação e pesquisa-

ação educacional. Além disto, procuramos resgatar o contexto e as interfaces entre investigação, ação e movimento na educação. Convém esclarecer, que assumimos a interação educação e realidade como problemática, ou seja, estamos problematizando investigação e ação educacionais, no âmbito dos movimentos sociais de uma sociedade datada e localizada.

Assim, para nós, não tem sentido ou significado, discutir investigação educacional, sobre o prisma metodológico ou epistemológico. É fundamental para o projeto de sociedade, de humanidade, de educação, que esta discussão incorpore seus sujeitos (profissionais da educação), seus quefazeres profissionais (investigações ativas educacionais) e sua forma de organização social (movimentos sociais da sociedade civil). Resumindo, trata-se de assumir a constitucionalidade da tarefa educacional-universitária que indissocia ensino (ação), pesquisa (para nós investigação) e extensão (movimento social) de fato.

**ANDRADE**, Simone G  
**AZAMBUJA**, Guacira de  
**CHELOTTI**, Ana Lúcia  
**DE BASTOS** Fábio da Purificação  
**DE SOUZA**, Edna Márcia  
**MENDONÇA DA COSTA**, Luísa Furtado  
UFSM/CE/PPGE - Brasil

### Referências Bibliográficas:

- FERREIRA, Aurélio B. de H. **Novo Dicionário Da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1986.
- BUENO, F.S **Dicionário Escolar Da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: FENAME, 1975.
- BRASIL, LEI DE DIRETRIZES E BASES, número 9.394 de 20 de dezembro, Brasília, 1996.
- CARR, Wilfred. & KEMMIS, Stephen. **Becoming Critical: education, knowledge and action research**. Brighton, UK: Falmer Press , 1986.
- DE BASTOS, F. & GRABAUSKA, C. J. **Investigação-Ação Educacional: possibilidades críticas e emancipatórias na prática educativa**. Heuresis Revista Eletrônica de Investigación curricular y Educativa, vol.1, n.2, 1998.
- ELLIOT, John. **What is Action-Research in Schools?** Journal of Curriculum Studies, vol 10, nº4: 335-7, 1978.
- FREIRE, Paulo. **Literacy trought Conscientization**.
- Ed. ITALM, Teheran/Iran, 1974.
- **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO. Plano Nacional de Educação, Brasília, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, 1998.
- PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO proposta da sociedade brasileira, II Congresso Nacional de Educação, Belo Horizonte, novembro de 1996.
- THIOLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**.